



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/05/2017

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	2
2.2. EVENTOS.....	3
2.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	6
4.2. DECISÕES.....	7 - 8

▷ CASO LEOCÁDIO

Assassinos de prefeito vão ser julgados em São Luís

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou, em 21 de março, a transferência do processo do foro de Buriti Bravo para o de São Luís da sessão de julgamento de Wytamar Costa Silva, acusado da morte de João Henrique Borges Leocádio, ocorrida em 2005, à época prefeito de Buriti Bravo. O pedido foi formulado pela promotora de justiça Paula Gama Cortez.

Proferiu a decisão coletiva a 1ª Câmara Criminal do TJ-MA. Os desembargadores - que apreciaram o requerimento - votaram por unanimidade pelo desforamento. O relator foi o desembargador Antônio Fernando Bayma Júnior.

De acordo com a promotora de justiça Paula Gama Cortez, o crime, que teve motivações políticas, ainda hoje repercute na cidade, causando

discussões acirradas e despertando animosidades. Por esses motivos, o julgamento pode suscitar tumultos e, para a representante do MP-MA, não há, no momento, nenhum local completamente seguro na cidade para a realização da sessão.

Na solicitação, Paula Gama Cortez alertou que o reforço do policiamento não seria suficiente para garantir a ordem pública em Buriti Bravo, cidade de 22 mil habitantes, e proporcionar um júri imparcial, seguro e livre de interferências externas.

HOMICÍDIO

Já falecido, o ex-prefeito Wellington de Jesus Fonseca foi acusado de ser o mandante do assassinato de João Leocádio. O autor intelectual do crime era líder político da região e opositor da vítima.

Júri de acusado pela morte de prefeito será realizado em São Luís

TJ desafora processo e tira julgamento do matador de João Leocádio, de Buriti Bravo, a pedido de juíza, que alega falta de segurança para realização da sessão

O Ministério Público (MP) divulgou ontem que o Tribunal de Justiça do Maranhão determinou o desaforamento da sessão de julgamento de Wytamar Costa Silva, um dos acusados do assassinato do ex-prefeito de Buriti Bravo, João Henrique Borges Leocádio, de 40 anos. Esse crime ocorreu no dia 10 de março de 2005, no povoado Gameleira, zona rural de Buriti Bravo.

Segundo informações da assessoria de comunicação do MP, o júri do suspeito, que seria realizado na Comarca de Buriti Bravo, foi transferido para a de São Luís e pedido da promotora de Justiça Paula Gama Cortez. Ela alegou que esse crime teve mo-



Divulgação

João Leocádio, morto em 2005

tivações políticas e ainda hoje repercute na cidade, causando discussões acirradas e despertando

animosidades.

A promotora frisou ainda, no seu pedido ao Judiciário, que esse julgamento pode suscitar tumultos e não há, no momento, nenhum local seguro na cidade para a realização da sessão.

Ela também alertou que o reforço do policiamento não seria suficiente para garantir a ordem pública em Buriti Bravo, cidade de 22 mil habitantes, e proporcionar um júri imparcial, seguro e livre de interferências externas.

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça apreciou o pedido e por unanimidade decidiu pelo desaforamento. O relator desse processo foi o desembargador An-

Um dos acusados já foi morto em Buriti Bravo

Prefeito foi assassinado com tiro no ouvido

tonio Fernando Bayma Junior.

O assassinato

João Leocádio foi morto com um tiro no ouvido direito no dia 10 de março de 2005, no povoado Gameleira, em Buriti Bravo. Segundo a polícia, os autores do crime foram Antônio Marcos Alves de Sousa, o *Marcão*, e Wytamar Costa da Silva. Na linha de investigação feita pela polícia, o ex-prefeito de Buriti Bravo, Wellington de Jesus Fonseca Coelho, que já morreu, aparece como o suspeito de mandar matar João Leocádio. Quem também foi morto a tiros foi Antônio Marcos Alves, no dia 24 de março de 2010, na porta de sua residência, no bairro Constantino Castro, em Caxias. ●

Casamento Comunitário marca os 182 anos de Passagem Franca

Na segunda-feira, 8, dia do aniversário da cidade, 113 casais oficializaram a união, em evento promovido pelo Judiciário da Comarca de Passagem Franca

PASSAGEM FRANCA

A felicidade no semblante de casais, com décadas de convivência, por terem suas certidões de casamento em mãos, foi o que mais chamou a atenção na cerimônia do projeto Casamentos Comunitários na Comarca de Passagem Franca, realizado no fim da tarde de segunda-feira, 8, dia do aniversário do município, com 182 anos de emancipação política e administrativa.

Foram 113 casais - das mais diversas idades e tempo de convivência - dizendo sim aos juízes que participaram do evento, organizado pela juíza Arianna Saraiva, titular da Comarca de Passagem Franca, com o apoio da Serventia Extrajudicial e da Prefeitura. Além da magistrada, participaram do evento celebrando os casamentos os juízes Júlio Cesar Praseres (auxiliar da Presidência), Clênio Lima (São Domingos do Maranhão), Mayana Andrade (Burití Bravo), Nuza Lima (Alto Parnaíba), Talita Barreto (Loreto), Claudilene Oliveira (Pastos Bons), Caio Davi Medeiros Vera (São Domingos do Azeitão) e Raniel Barbosa Nunes (São João dos Patos).

União

A cerimônia foi aberta pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, que mais uma vez ressaltou o dever do Judiciário em promover eventos como esse para ofertar direitos aos cidadãos. Ele também ressaltou o respeito mútuo entre os casais.

"Muitos de vocês já têm anos de convivência e apenas queriam estar verdadeiramente casados pe-



Divulgação

Casais de idades variadas disseram sim aos juízes que participaram do evento, em Passagem Franca

rante a lei. Outros estão iniciando uma vida a dois, que requer carinho, parceria e respeito. Desejo muitas felicidades a todos os casais aqui, nesse projeto, que cumpre o papel social e o nosso papel como servidores públicos, para servirmos vocês", frisou.

Em seu discurso, a juíza Arianna Saraiva disse que os casais que participaram da cerimônia o fizeram por livre e espontânea vontade, na busca pela segurança do compromisso perante a lei. "Um casamento perfeito une duas pessoas imperfeitas, que se recusam a desistir uma da outra", lembrou a juíza, citando o ditado popular, ao falar ainda sobre a construção do amor, mesmo que em momentos de dificuldades.

Celebrações

No terceiro Casamento Comunitário de Passagem Franca, realizado na data de comemoração

SAIBA MAIS

Durante o evento, todos os casais receberam lembranças personalizadas, pensadas pela magistrada Arianna Saraiva como uma forma de marcar o momento, além de prêmios doados por comerciantes e empresários da região. Todos os casais receberam presentes através de sorteio, incluindo geladeira, fogão, liquidificador, faqueiros, copos e até tratamento dentário.

dos 182 anos do município, alguns casais se destacaram na solenidade. Antônio Araújo de Sousa e Maria Antônia Sousa formavam o casal com o noivo mais idoso, com 94 anos. A noiva, com 64 anos, porém, já tem uma história de mais de 40 anos ao lado dele. Com felicidade e vibrando de amor, os dois

realizaram o sonho de colocar as alianças e ganharam a certidão de casamento, para coroar as décadas de parceria.

Já a noiva mais nova tinha 15 anos e o noivo, 18 anos. Silas Cardoso Silva e Karleane Santos Pereira tomaram a decisão de se unir em matrimônio, celebrado com destaque no evento.

E a celebração maior foi em família. Valter Alves de Sousa e Aldeísa de Sousa, juntos há 30 anos, formalizaram a união quando as duas filhas do casal também fizeram o mesmo.

Aldeire Sousa Alves se uniu a Juscelino Pereira, e Adriana Sousa Alves a Antonio Bento Laurindo Souza. "É alegria em família. Há tempos queríamos todos com suas certidões, e somente agora tivemos a oportunidade", disse Valter Sousa, noivo e pai das noivas, ressaltando o carinho pelos genros e a felicidade em família. ●

Servidor do TJ-MA é preso por fraude em concurso no PI

Joselito Batista Alves, lotado na Comarca de Caxias, é acusado de participar de uma quadrilha que fraudava concursos em vários estados do Nordeste

A Polícia Civil do Piauí confirmou, ontem, a prisão do funcionário do Tribunal de Justiça do Maranhão, identificado como Joselito Batista Alves, durante a operação Infiltrados, realizada pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Grego) nas cidades piauienses de Teresina, Campo Maior, Pedro II, São Raimundo Nonato, e ainda em Fortaleza, no Ceará, e Araripina, no estado Pernambucano. Segundo do delegado geral do Piauí, Kledyson Ferreira, ele é acusado de fraudar concurso público no Piauí, no Maranhão e em outros estados do Nordeste.

No ato da ação policial, também

foram presos 12 policiais civis do Piauí, o advogado Edilberto de Carvalho Gomes, dois agentes penitenciários, Cristiane Maria Alcântara Santiago e José Vilomar Nunes Pereira, e um estudante do curso de Medicina, Sávio da Costa Leite.

Mais detidos

Os outros detidos foram identificados como Cícero Henrique de Sousa Araújo, Maria dos Remédios Alcântara Santiago, Jean Ribeiro da Costa, Ricardo Araújo Mesquita, Paulo Alberto Machado Cerqueira, Thiago da Silva Macedo, Priscila Almeida Lima, Aline de Miranda Carvalho

Nóbrega, Anderson Vasconcelos da Nóbrega, Cyro Nascimento Fonseca, André Luís de Carvalho, José Clodomar Sabóia Júnior; Cristian Alcântara Santiago, Jardeany Enerto da Silva, Paulo Roberto Scarcelar Muniz e Willames da Silva Alves.

Kledyson Ferreira informou ainda que Joselito Alves é lotado no Fórum da Comarca de Caxias, onde exerce a função de analista judiciário. Ele, em companhia dos detidos, teria fraudado o concurso público para agente da Polícia Civil do Piauí, ocorrido no ano de 2012 pelo Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos (Nucope) da Uespi.

Gabarito

Ainda segundo o delegado, o grupo teria pagado pelo gabarito da prova do concurso a quantia de R\$ 25 mil. No decorrer da investigação ficou comprovado que os fraudadores tiveram 100% do gabarito igual tanto de erros como de acertos distribuído pelo professor da rede de ensino público piauiense, Christian Santiago, que é o suspeito de ser um dos líderes do esquema criminoso.

O delegado também informou que Joselito Alves é acusado de ter fraudado outros concursos, sendo que um deles do Tribunal de Justiça do Piauí, ocorrido em março do ano passado. "As supostas fraudes de concursos públicos ocorridos no Maranhão por esse bando foram encaminhadas para a polícia maranhense investigar e tomar as devidas providências", informou Kledyson Ferreira. ●

CASO LEOCÁDIO

Assassinos de prefeito vão ser julgados em São Luís

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou, em 21 de março, a transferência do processo do foro de Buriti Bravo para o de São Luís da sessão de julgamento de Wytamar Costa Silva, acusado da morte de João Henrique Borges Leocádio, ocorrida em 2005, à época prefeito de Buriti Bravo. O pedido foi formulado pela promotora de Justiça Paula Gama Cortez.

Proferiu a decisão coletiva a 1ª Câmara Criminal do TJMA. Os desembargadores - que apreciaram o requerimento - votaram por unanimidade pelo desforamento. O relator foi o desembargador Antônio Fernando Bayma Júnior.

De acordo com a promotora de Justiça Paula Gama Cortez, o crime, que teve motivações políticas, ainda hoje

repercute na cidade, causando discussões acirradas e despertando animosidades. Por esses motivos, o julgamento pode suscitar tumultos e, para a representante do MP-MA, não há, no momento, nenhum local completamente seguro na cidade para a realização da sessão.

Na solicitação, Paula Gama Cortez alertou que o reforço do policiamento não seria suficiente para garantir a ordem pública em Buriti Bravo, cidade de 22 mil habitantes, e proporcionar um júri imparcial, seguro e livre de interferências externas.

HOMICÍDIO

Já falecido, o ex-prefeito Wellington de Jesus Fonseca foi acusado de ser o mandante do assassinato de João Leocádio. O autor intelectual do crime era líder político da região e opositor da vítima.

Sessão Jurisdicional tem 32 processos em pauta hoje

Trinta e dois processos estão na pauta de julgamento da Sessão Plenária Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão, que ocorre nesta quarta-feira (10), a partir das 9h. A pauta inclui ação direta de inconstitucionalidade, procedimento investigatório criminal, incidente de resolução de demandas repetitivas, procedimento investigatório, mandado de segurança, agravo interno, entre outros. A agenda pode ser consultada no sistema JurisConsult, no Portal do Judiciário.

Órgão máximo dentro da estruturação hierárquica do Poder Judiciário estadual e composto pelos 27 desembargadores, o Pleno do TJMA tem competências jurisdicional e administrativa. As sessões administrativas ocorrem sempre às primeiras e terceiras quartas-feiras do mês; enquanto que as sessões jurisdicionais

ocorrem às segundas, quartas e quintas (quando há) quartas-feiras do mês.

TRANSMISSÃO AO VIVO – As sessões plenárias são transmitidas ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). Para usuários de aparelhos com Sistema iOS, o aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

A emissora pode ser conectada, também, pelo aplicativo móvel TuneIn, fazendo uma busca pelos nomes Rádio TJMA ou TJMA. Quem tem sistema de mídia ou equipamento de som, com conexão por bluetooth ou USB, pode acessar a emissora no aparelho, em casa ou no carro, a partir de um celular conectado a uma rede wi-fi ou de dados móveis.

Buriti Bravo

MPMA obtém desaforamento do julgamento de acusados da morte de prefeito

Fotos: Divulgação

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão determinou, em 21 de março, o desaforamento da sessão de julgamento de Wytamar Costa Silva, acusado da morte de João Henrique Borges Leocádio, ocorrida em 2005, à época prefeito de Buriti Bravo. O júri do acusado foi transferido da Comarca de Buriti Bravo para São Luís. O pedido foi formulado pela promotora de justiça Paula Gama Cortez. Proferiu o acórdão (decisão coletiva) a 1ª Câmara Criminal do TJ. Os desembargadores - que apreciaram o requerimento - votaram por unanimidade pelo desaforamento. O relator foi o desembargador Antonio Fernando Bayma Junior.

De acordo com a promotora de justiça Paula Gama Cortez, o crime, que teve motivações políticas, ainda hoje repercute na cidade, causando discussões acirradas e despertando animosidades. Por esses motivos,



João Leocádio foi morto a tiros em 2005, quando ocupava o cargo de prefeito de Buriti Bravo



o julgamento pode suscitar tumultos e, para a representante do MPMA, não há, no momento, nenhum local completamente seguro na cidade para a realização da sessão.

Na solicitação, Paula Gama

Cortez alertou que o reforço do policiamento não seria suficiente para garantir a ordem pública em Buriti Bravo, cidade de 22 mil habitantes, e proporcionar um júri imparcial, seguro e livre de interferências externas.

HOMICÍDIO

Já falecido, o ex-prefeito Wellington de Jesus Fonseca foi acusado de ser o mandante do assassinato de João Leocádio. O autor intelectual do crime era líder político da região e opositor da vítima.

Informe JP

‘Caso João Leocádio’ (1)

A pedido do MP, o Tribunal de Justiça do Maranhão determinou o desaforamento (transferência de comarca) do julgamento de Wytamar Costa da Silva, acusado de ser um dos executores do assassinato de João Henrique Borges Leocádio (PDT), em 10 de março 2005. À época, João Leocádio era prefeito de Buriti Bravo. O crime teve grande repercussão no Maranhão e no país.

‘Caso João Leocádio’ (2)

O júri do acusado foi transferido da comarca de Buriti Bravo para

São Luís.

Além de Wytamar, foram acusados pelo crime Wellington de Jesus Fonseca Coelho e Antonio Marcos Alves de Sousa, o “Marcão” (executor), ambos já falecidos.